

Estudo Técnico Preliminar 15/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.038492/2022-67

2. Descrição da necessidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicou, no início de abril de 2022, as Resoluções nº 5.976, que aprovou o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Resolução nº 5.977, que alterou a estrutura organizacional da Agência. Essas alterações de regimento e de estrutura organizacional, extinguíram as Unidades Regionais do Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Centro Norte; e criaram Coordenações Regionais em Goiás, Mato Grosso e Paraná. Serão criados, também, Escritórios de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária nos Estados de Minas Gerais e do Paraná, por ocasião da extinção dos Postos de Pesagem Veicular - PPVs. Todas essas mudanças implementadas e a serem implementadas impõem a necessidade de deslocamento de móveis, eletrodomésticos, computadores e outros bens patrimoniais da ANTT e mudanças de bens dos servidores que terão suas lotações alteradas por necessidade da Administração Pública, fazendo-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços de transporte de cargas rodoviárias.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Recursos Logísticos	RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto em questão está restrito ao transporte de cargas inanimadas e não perecíveis. Será proibido à Contratada efetuar transporte de bens que se enquadrem nas seguintes categorias: armas de fogo; produtos cujo uso não seja legalmente autorizados por lei; e produtos perigosos (inflamáveis, explosivos, gases, tóxicos, corrosivos ou radioativos). Para o transporte de veículo automotor deverá ser considerada a seguinte cubagem: veículo pequeno, 16m³; veículo médio, 18m³; e veículo grande, 21m³. O transporte de veículos automotores com volume individual superior a 5m³ deverá ser realizado por caminhão do tipo cegonha. A Contratada deverá contar com sistema de elevadores, para a necessidade de carregamento e descarregamento de bens /equipamentos de peso alto, no baú do veículo. O transporte de bens particulares de servidores em remoção deverá respeitar os limites estabelecidos no Decreto nº 4.004/2001 e transcritos na tabela a seguir:

Quantidade de Pessoas	Volume máximo
Servidor(a) sem dependentes	12 m³
Servidor(a) + 1 dependente	24 m³
Servidor(a) + 2 dependentes	27 m³
Servidor(a) + 3 dependentes	30 m³
Servidor(a) + 4 dependentes	33 m³

A Contratante deverá solicitar à Contratada a elaboração de um orçamento para cada serviço de transporte a ser prestado, informando necessariamente:

a) os endereços dos locais de origem e de destino;

b) a planilha do inventário de bens a serem transportados, declarados respectivos preços unitários e quantidades;

c) dados do servidor da Contratante ou do responsável pelo acompanhamento do serviço.

A Contratada deverá considerar os seguintes dados para elaboração da proposta orçamentária: a distância entre o local de origem e o de destino; o volume efetivo da carga a ser transportada, independentemente do espaço não aproveitado no caminhão; o preço unitário correspondente à faixa de distância entre origem e destino. A rota a ser utilizada no transporte contratado será, em regra, a que contiver a menor distância entre a origem e o destino, considerando-se somente as vias e rodovias pavimentadas. Em casos excepcionais, a Contratante poderá autorizar outra rota, mediante apresentação de justificativa por escrito pela Contratada.

Deverá ser incluído no orçamento o valor do Seguro da Bagagem, que corresponderá a 1% (um por cento) sobre o valor total dos bens, em reais (R\$).

A proposta do orçamento estará sujeita a avaliação da Contratante. Caso se identifiquem erros ou omissões, a Contratante deverá exigir sua correção, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis. Caso se constate, no transporte de bens particulares do servidor em remoção, volume excedente ao limite estabelecido pelo Decreto nº 4004 /2001, a Contratante autorizará a execução do serviço e cobrará do servidor. O ressarcimento ao erário será mediante Guia de Recolhimento da União – GRU.

5. Levantamento de Mercado

Existem no mercado diversas empresas do ramo de transporte de cargas que possam atender à demanda apresentada. Existem, também, diversos instrumentos contratuais de entes públicos com objeto semelhante, permitindo, portanto, se estimar valores para a contratação em análise.

6. Descrição da solução como um todo

A execução do objeto seguirá a dinâmica:

A CONTRATADA deverá vistoriar a carga a ser transportada, por ordem de serviço, para avaliar:

o volume da carga a ser transportada para definição do tipo do veículo necessário;

o quantitativo de funcionários necessários para efetuar o carregamento e o descarregamento;

os materiais necessários à proteção dos móveis e as embalagens para os equipamentos e materiais;

a necessidade de desmontagem e montagem de mobiliário;

os bens que apresentem avarias aparentes.

Caso haja impossibilidade de o servidor estar no local de partida e/ou de chegada de sua mudança, para acompanhamento dos serviços, é necessário que este indique à CONTRATANTE, por escrito, uma pessoa de sua confiança para atuar em sua representação, informando à fiscalização do contrato o nome e o respectivo telefone.

Previamente ao embarque dos bens, a CONTRATADA deverá documentar a existência de bens com eventuais avarias como: manchas, arranhões, partes quebradas ou amassadas, etc. para comprovação quando da entrega no destino.

A CONTRATADA deverá conferir os bens a serem transportados com o inventário que lhe foi fornecido pela CONTRATANTE.

Todos os bens deverão ser devidamente protegidos, sempre que possível, com materiais em perfeitas condições de uso, tais como:

- Cobertor
- Flocos de isopor;
- Papel;
- Plástico bolha.

Todos os bens deverão ser devidamente acondicionados em embalagens em perfeitas condições de uso, tais como:

Caixa de papelão de média ou alta resistência;

Caixa de madeira ou plástico ou metal ou PVC ou acrílico;

engradado.

Todas as embalagens deverão estar perfeitamente lacradas, a fim de evitar violação ou acesso a seu conteúdo. Os materiais usados para lacre deverão estar em perfeitas condições de uso, tais como: barbante ou fita adesiva.

No momento do embarque, a CONTRATADA deverá proceder à identificação nas embalagens dos bens, por meio de etiquetagem ou de escrita manual com a exata correspondência no inventário para facilitar os procedimentos do transporte, da montagem e da localização dos bens pelo proprietário.

Ao final do embarque, a CONTRATADA deverá :

registrar em impresso próprio a data e o local do embarque, o nome legível e a assinatura do responsável pela conferência;

registrar observações quanto a avarias nos bens, se for o caso;

solicitar a assinatura do servidor da CONTRATANTE ou seu representante, no impresso;

entregar uma via para o servidor da CONTRATANTE ou seu representante.

A CONTRATADA deverá estar apta a prestar ou transmitir informações sobre o transporte dos bens até seu local de destino. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar essas informações, que deverão ser prestadas de imediato.

Os prazos de entrega serão definidos de acordo com a distância entre local de origem e de destino prevista na Ordem de Serviço, conforme tabela abaixo:

FAIXA DE DISTÂNCIA ENTRE A ORIGEM E O DESTINO	PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA
0 a 50 km	03 dias
51 a 500 km	05 dias
501 a 1.700 km	07 dias
1.701 a 3000 km	09 dias
Acima de 3.000 km	15 dias

Quando pela necessidade do transporte, for inevitável utilizar o transporte por balsa, os dias em que a carga estiver sendo conduzida por esse meio, serão acrescidos ao prazo de entrega.

A CONTRATADA, quando chegar ao local de destino, deverá proceder à entrega dos bens, compreendendo o desembarque da carga, o desempacotamento das embalagens para conferência, a remontagem dos bens e o recolhimento dos resíduos sólidos resultantes do processo.

A CONTRATADA deverá, ao final da entrega, emitir recibo (em três vias), contendo data da entrega e a assinatura do servidor ou responsável pelo recebimento, que servirá como comprovante de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e fazer a seguinte distribuição:

1ª via – servidor da CONTRATANTE ou responsável pelo recebimento;

2ª via – fiscal do contrato;

3ª via – CONTRATADA.

A 2ª via deverá ser enviada ao fiscal do contrato (por meio eletrônico ou físico), mediante cópia digitalizada em até 02 (dois) dias úteis após a entrega.

A SUBSTITUIÇÃO DE BENS AVARIADOS / EXTRAVIADOS

Caso ocorram avarias ou extravios de bens durante o transporte, o fato deverá ser comunicado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, à fiscalização do contrato pelo servidor responsável pelo recebimento.

Na constatação de avarias ou extravios que tenham ocorrido durante o transporte, a CONTRATADA deverá proceder a substituição ou ressarcimento do bem, em 10 (dez) dias úteis, baseando-se nas seguintes alternativas:

por outro bem idêntico e de primeiro uso;

por outro bem similar e de primeiro uso, caso seja de consentimento da ANTT/servidor ANTT;

por ressarcimento pecuniário, no valor integral do bem, conforme inventário.

Caso o bem avariado/extraviado seja de propriedade da CONTRATANTE e se admita sua substituição por ressarcimento pecuniário, o fiscal do contrato deverá emitir GRU, o qual deverá ter seu pagamento comprovado à fiscalização do contrato, pela CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da entrega definitiva dos bens.

Caso o bem avariado/extraviado seja de propriedade de servidor da CONTRATANTE e se admita sua substituição por ressarcimento pecuniário, a CONTRATADA deverá efetuar-lo por meio de depósito bancário na conta fornecida pelo servidor e comprová-lo posteriormente à fiscalização do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da entrega definitiva dos bens.

Caso a CONTRATADA não efetue o ressarcimento dos bens no prazo estipulado, será gerado um débito no valor não ressarcido, o qual será glosado da fatura subsequente à prestação do serviço. Na hipótese do valor do débito ser superior ao valor da fatura subsequente, o saldo remanescente será descontado da(s) fatura(s) posterior(es) até que se quite o valor total do débito.

Caso o bem avariado/extraviado seja de propriedade da CONTRATANTE e se admita sua substituição por ressarcimento pecuniário, o fiscal do contrato deverá emitir GRU, o qual deverá ter seu pagamento comprovado à fiscalização do contrato, pela CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da entrega definitiva dos bens.

Caso o bem avariado/extraviado seja de propriedade de servidor da CONTRATANTE e se admita sua substituição por ressarcimento pecuniário, a CONTRATADA deverá efetuar-lo por meio de depósito bancário na conta fornecida pelo servidor e comprová-lo posteriormente à fiscalização do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da entrega definitiva dos bens.

Caso a CONTRATADA não efetue o ressarcimento dos bens no prazo estipulado, será gerado um débito no valor não ressarcido, o qual será glosado da fatura subsequente à prestação do serviço. Na hipótese do valor do débito ser superior ao valor da fatura subsequente, o saldo remanescente será descontado da(s) fatura(s) posterior(es) até que se quite o valor total do débito.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades a serem contratadas obedecem ao que foi expresso na tabela a seguir.

m³ x km			
item	faixa	cubagem (m³) (A)	distância (B)
1	0 a 50	160,00	200,00
2	51 a 500	620,00	379,22
3	501 a 1700	1.595,00	1.021,41
4	1701 a 3000	485,00	2.080,98
5	acima 3000	54,00	3.733,50

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 591.817,78

A estimativa de valor foi expressa na tabela abaixo.

MAPA DE PREÇOS

cotação m³ x km				VALORES DE ATAS /FORNECEDORES					MÉDIA ITEM	TOTAL (A) x (B) X (C)
item	faixa	cubagem (m³) (A)	distância (B)	D	E	F	G	H		
1	0 a 50	160,00	200,00		0,78	0,31	0,46	1,50	0,51	16.320,00
2	51 a 500	620,00	379,00	0,27	0,78	0,17	0,24	1,40	0,36	84.592,80
3	501 a 1700	1.595,00	1.021,41	0,24	0,20	0,10	0,24	0,85	0,19	309.538,30
4	1701 a 3000	485,00	2.080,98	0,12	0,15	0,07	0,21	0,60	0,13	131.205,78
5	acima 3000	54,00	3.733,50	0,05	0,15	0,06	0,14	0,50	0,10	20.160,90
										561.817,78
SEGURO DE 1% SOBRE O VALOR ESTIMADO DE CARGAS EM R\$ 3.000.000,00										30.000,00

TOTAL ESTIMADO	591.817,78
----------------	------------

Cod	FORNECEDOR	UASG
D	Termo de Homologação 16/2021 Ministério da Economia	170607
E	Termo de Homologação 03/2021 DA 7a Divisão do Exército - Ministério da Defesa	160194
F	1º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2020 do Ministério da Infraestrutura (pregão 13/2020)	390004

G	Termo de Homologação do pregão 03/2022 da Superintendência Regional em Alagoas do Departamento de Polícia Federal	200358
H	Abrilar Transporte e Mudanças Ltda. CNPJ 50500.085808/2021-29	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O regime de execução que melhor atende a contratação proposta é o regime de empreitada por preço unitário, tendo-se em vista que a execução dos serviços de transporte de cargas ocorrerão conforme a demanda, que não pode ser previamente estabelecida, uma vez que se pretende transportar desde mudanças de servidores até cargas de pequeno porte entre Unidades Regionais ou Postos de Fiscalização e Atendimento, ou mudanças de sedes.

Informamos que a contratação proposta é de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, que tem suas peculiaridades a saber: a prática de mercado é cobrar um valor por m³/Km (metro cúbico quilômetro), o que significa dizer que o Contratante pagará um valor que será multiplicado pela quantidade de quilômetros a serem percorridos e posteriormente multiplicado pela quantidade de metros cúbicos da carga a ser transportada. Essa prática resulta em uma tabela com faixas que variam de acordo com a quantidade de quilômetros a serem percorridos (501 a 1700; 1701 a 3000; acima de 3000.). Os valores em reais para cada uma das faixas geralmente são inversamente proporcionais a quantidade de quilômetros a serem percorridos, quanto mais distante for um destino, menor será o valor do m³/km. Isso ocorre principalmente porque em cargas locais a distância será pequena, resultando em valores baixos, enquanto que em uma carga que seja transportada para uma localidade distante, o valor a ser calculado para pagamento será mais substancial. Não existe, portanto, a possibilidade de se fazer um valor único para todas as faixas de percursos, pois, dessa forma, os transportes locais ficariam com valores ínfimos e os transportes por grandes percursos teriam valores excessivamente elevados. A prática, portanto, é calcular o valor da carga a ser transportada de acordo com uma tabela progressiva de quilometragens que terá valores menores para as faixas em que se percorra maior número de quilômetros.

Embora a contratação proposta seja dividida em faixas de quilometragem, seu fracionamento pode acarretar no risco de aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração, tendo-se em vista a perda de economia de escala. Aumenta-se, também, o risco de não aparecerem interessados em contratar algumas das faixas de quilometragem com baixa incidência de probabilidade de retorno financeiro.

Entendemos, portanto, que não se deve fracionar a contratação proposta porque pode acarretar risco de perda de escala, risco de licitação deserta e aumento de gastos com manutenção e fiscalização de diversos contratos com objetos similares.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação proposta está em consonância com a DELIBERAÇÃO Nº 408, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021 que aprovou a Revisão do Plano Anual de Contratações - PAC 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a contratação em análise, é satisfazer a necessidade de se transportar de forma segura e com preços que respeitem o princípio da economicidade os bens pertencentes ao patrimônio da ANTT e os de servidores em remoção que se enquadrem nos casos previstos nos artigos 53 e 56 da lei nº 8.112/90 e artigo 1º do Decreto nº 4.004/2001.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas com antecedência à contratação em análise.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Como forma de se evitar possíveis impactos ambientais deveria ser inserido no Edital da contratação em análise Declaração de sustentabilidade ambiental, conforme modelo a seguir:

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Nome da Empresa)

sediada na _____

(Endereço Completo)

inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como foi explicitado ao longo desses Estudos Preliminares, observa-se que existem no mercado empresas que firmaram contratos similares com outros órgãos da Administração Pública, não existindo problemas em se encontrar interessados em participar do certame. Há a possibilidade de se pesquisar os valores a serem adotados mitigando o risco de ocorrência de licitação deserta ou fracassada como também a proposição de valores excessivamente elevados. Isso posto, declaramos ser viável a contratação

16. Responsáveis

PATRÍCIA CALDAS MONTEIRO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO

JOSÉ EDUARDO CANAVEZES SOUZA
TÉCNICO ADMINISTRATIVO

MARCIO XAVIER DE ARAUJO
Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços